

5

A CPT e a formação do MST

Para que possamos compreender o que foi, em linhas mais gerais, a contribuição da CPT na criação e desenvolvimento do MST, faremos uma exposição bastante sucinta a respeito do processo de formação do MST, nos detendo em alguns dos principais acontecimentos desse processo e nos aspectos mais gerais da forma de organização do Movimento. Nos utilizaremos, fundamentalmente, de certas observações e informações contidas no livro de Bernardo Mançano Fernandes *A Formação do MST no Brasil*, que resulta de seu estudo sobre os processos de formação e territorialização do MST em todos os estados em que o movimento se organizou até 1999.

Ao desenvolver tal estudo, o autor considerou tanto o fato de que os sem terra procuram preservar uma memória das lutas já travadas pelo campesinato brasileiro e que são referências para a chamada Mística do MST, quanto o fato de que buscam aprender com a experiência dessas lutas no contato com as lideranças que delas fizeram parte. Reconhecendo a importância do desenvolvimento de uma tal perspectiva histórica pelo MST, Fernandes apresenta uma leitura das mais importantes lutas pela terra que ocorreram no Brasil desde o período Colonial, ou seja, desde as resistências indígenas contra o cativo e contra a invasão dos seus territórios nos séculos XVI e XVII, até o período da gênese do MST. Leitura que busca construir-se de acordo com uma abordagem que não se choca com o sentido que os próprios sem-terras procuram atribuir a sua luta.

Desse ponto de vista, Fernandes considera que marcam as lutas camponesas pela terra, tanto as resistências dos povos indígenas, cujos exemplos mais significativos foram a Confederação dos Tamoios e a Guerra dos Potiguaras, como a resistência dos africanos escravizados - no século XVIII havia 15 mil africanos trabalhando como escravos no Brasil - que formaram, no decorrer de três séculos, diversos Quilombos, muitos deles atacados e destruídos. Como 40 anos antes do fim do sistema escravista, a terra se transforma em propriedade privada - a Lei da Terra de 1850 transforma toda a terra devoluta em propriedade

privada -, quando o escravo se torna livre cai na condição de miserável, restando-lhes apenas vagar pelas estradas e acampar: com a terra cercada, nem mesmo era possível viver em Quilombos.

Através da grilagem de imensas porções do território brasileiro (suborno dos responsáveis pela regularização fundiária, da falsificação de documentos e do assassinato de trabalhadores), os senhores de escravos tornam-se “senhores de terras”. Os escravos libertos e os camponeses imigrantes trabalham para os fazendeiros na formação dos latifúndios: transformam as florestas em fazendas de café e de gado e depois são expropriados, muitas vezes pagando com a própria vida ao resistirem. São esses trabalhadores que formam a categoria depois conhecida como Sem-Terra.

No começo da Primeira República, em 1894-97, a população que forma o povoado de Canudos é massacrada por tropas militares. Dos 10 mil camponeses que ali viviam, apenas 4 sobrevivem. Para Fernandes, a guerra de Canudos foi o maior exemplo de resistência camponesa do Brasil. Em nome da defesa e da ordem, o governo e os latifúndios - que “destroçaram” igualmente todos os outros camponeses dos diversos movimentos messiânicos que então se formaram - não defendiam a monarquia, mas sim “a insurreição dos pobres no campo” (Ibidem, 2000, p.30).

O Cangaço foi outra forma de resistência camponesa, um tipo de organização social rebelde, um banditismo social que surge nas primeiras décadas do século XX, quando com o coronelismo formam-se “os currais eleitorais” que garantem o controle político e eleitoral ao coronel.

Porém, em meados do século XX, surgem novas formas de organização camponesa que lutam pela conquista da terra e pela reforma agrária: as Ligas Camponesas, as diferentes formas de associação e os sindicatos dos trabalhadores rurais.

As ligas camponesas são criadas em 1945, no último ano da Ditadura Vargas, e se estendem por quase todo o território brasileiro. Contavam com o apoio do PCB, do qual eram dependentes. Elas eram um tipo de organização política da qual faziam parte camponeses proprietários, parceiros e meeiros que resistiam à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Sua ação era pela reforma agrária radical e definia-se pela resistência na terra e pela realização de ocupações. Foram violentamente reprimidas em 1947, quando o governo Dutra

decretou a ilegalidade do PCB, ressurgindo em alguns estados do nordeste em 1954, ano em que o Partido cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB).

Como, nesse período, a reforma agrária passa a fazer parte da pauta política, tal avanço é acompanhado por disputas pela sua representação. A Igreja Católica, que se vê dividida pelos setores conservador e progressista, cria, por meio do primeiro, o Serviço de Assistência Rural, o Serviço de Orientação Rural e a Frente Agrária Gaúcha no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio Grande do Sul, respectivamente. O segundo setor de ação Católica, que era uma tendência progressista, tinha como liderança a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse setor cria o Movimento de Educação de Base que conta com a participação do educador Paulo Freire. Sua ação definia-se pela alfabetização e formação política dos camponeses. Também nessa época, no Rio Grande do Sul, cria-se o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que organiza acampamentos por todo o Estado. O MASTER era formado pelos agricultores sem-terra assalariados, pelos parceiros e também por pequenos proprietários. Em 1962 recebem apoio do Partido Trabalhista Brasileiro do então Governador Leonel Brizola.

Todos esses movimentos acabam aniquilados após o golpe militar de 64. Como nos diz Fernandes, as políticas dos governos militares agravam consideravelmente os problemas políticos e econômicos do país: com sua retórica da modernização aumentam a concentração de renda levando à miséria a grande maioria da população, além de intensificarem a concentração fundiária provocando o maior êxodo rural da história. Assim, de meados da década de 60 até o final da década de 70 as lutas camponesas eclodiam em todo o país aumentando os conflitos fundiários. Desse modo, o governo decide militarizar o problema da terra, o que gera muita violência.

Procurando manter o domínio sobre a questão agrária, os militares criam os projetos de colonização com intenção de não fazer a reforma agrária. Grande parte desses projetos fracassa por falta de assistência técnica, falta de alimentos, falta de financiamento, falta de assistência médica, etc. É nesse período que surgem as Comunidades Eclesiais de Base por todo o país. À luz das idéias da Teologia da Libertação, as comunidades tornam-se espaços privilegiados de

socialização política, onde os trabalhadores, do campo e da cidade, se organizam para lutar contra as injustiças e por seus direitos.

Em 1975, a Igreja Católica cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que trabalha junto às paróquias nas comunidades rurais e periferias da cidade. Através da criação de espaços de socialização política, a CPT rompe com o isolamento dos sem terras de diferentes regiões do País. Esses passam a trocar suas experiências e começam a pensar no desenvolvimento de uma organização de luta pela terra e pela reforma agrária. Portanto, a participação da CPT foi essencial na articulação das diferentes experiências que construíram novas formas de organização do campesinato. Inicia-se, assim, um novo período na história da luta camponesa, no qual vários religiosos assumem as lutas camponesas, dentre os quais, Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Gomes, Dom Tomas Balduino. Seus estudos sobre a situação dos trabalhadores têm como referencia o livro do Êxodo.

Esse é o período em que a Igreja Católica vinha passando por profundas mudanças e crescia o envolvimento de religiosos com a realidade dos trabalhadores. Desse movimento surge, então, o mais amplo movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Levando em conta tanto o processo de formação dessa estrutura fundiária no Brasil, a reforma agrária mostra-se uma política pública bastante recente. Somente no início da ditadura militar, na década de sessenta, se elabora o primeiro projeto de reforma agrária do Brasil, o Estatuto da Terra, que, no entanto, nunca foi implantado. Na realidade, a emergência desse projeto se deveu em grande parte ao fortalecimento das organizações políticas camponesas, principalmente a partir do crescimento das Ligas Camponesas. No Brasil, a luta pela terra vem se intensificando graças à atuação de diversos movimentos sociais, dentre os quais tem grande destaque o MST pelo seu intenso trabalho de ocupação. Por meio das ocupações os sem-terra têm pressionado o governo federal e alguns governos estaduais a responderem com a política de assentamentos. Segundo Fernandes,

nos últimos 20 anos, as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra. Desde o começo da derrocada dos governos militares, esta forma de luta pela terra tem se intensificado, resultando em milhares de assentamentos rurais por

todo o Brasil e determinando essa realidade que chamamos hoje, incorretamente, de reforma agrária. (Fernandes, 2000, p. 19)

O processo de formação do MST inicia-se na década de 80, quando trabalhadores rurais passam a se reunir em diversas experiências de ocupações de terras nos Estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul. A construção do Movimento se realiza junto a instituições das quais tem especial participação a Igreja Católica por meio da CPT. Porém, como explica Fernandes, o MST vai construindo seu espaço político buscando autonomia, o que faz a diferença entre ele e todos os outros movimentos camponeses. Por isso, para o MST é de extrema importância buscar aprender com a história da formação camponesa, conservando na memória as lutas já travadas pelo campesinato no Brasil. Como diz o autor, a luta marca a vida das pessoas e elas jamais se esquecem da história. Assim, a conquista da Macali, que inaugura o processo de formação do MST - a gleba Macali, localizada no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul, é ocupada no dia 7 de setembro de 1979 por 110 famílias – já estava na memória dos camponeses, pois suas terras eram remanescentes das lutas do MASTER, que na década de sessenta organizara acampamentos na região.¹

Muitas outras ações dos sem-terra contribuíram para a formação do MST. Portanto, a gênese desse movimento não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por vários momentos e ações que ocorreram durante um período de no mínimo quatro anos.

Entre os anos de 1979 e 1985, os sem-terra reúnem as principais lutas e em 1984 fundam o MST, no Primeiro Encontro Nacional dos sem-terras. O Movimento nasce, portanto, 20 anos depois da extinção das Ligas Camponesas, do MASTER e da ULTAB. Em 1985 ocorre o Primeiro Congresso, quando

¹ É importante ressaltar que o MST procura constituir uma certa visão da história pela qual compreendem que as lutas pela terra e pelo reforma agrária devem ser acima de tudo a luta contra o capital. A busca pela formação de uma tal consciência histórica está intimamente relacionada à busca por fazer de suas experiências a continuação de uma história. Ou seja, buscando encontrar em suas próprias experiências um sentido das lutas camponesas de outros tempos buscam a formação de uma consciência de classe.

decidem pela organização do movimento nas regiões do Nordeste e da Amazônia e pela ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa. Os sem-terra se organizam, então, nas periferias das cidades fazendo levantamentos da realidade da luta pela terra na região, estudando e analisando as conjunturas políticas e reunindo as famílias do município para um trabalho de base no qual elas próprias refletem sobre a sua situação. Embora contem com o apoio da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Partidos Políticos, esses trabalhos são realizados pelos próprios sem-terra.

O MST, que é formado por camponeses expropriados da terra, por camponeses com pouca terra e por camponeses assalariados e desempregados, se torna uma organização peculiar porque se constrói muito mais em função das próprias experiências das lutas, do cotidiano nos acampamentos e assentamentos, do que por meio de decisões e objetivos.

O movimento foi se fazendo com lutas massivas, tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores.(Fernandes, 2000, p. 84)

Uma das peculiaridades do Movimento, que o diferencia de todas as outras instituições políticas, é o fato de que nele participam jovens, anciões, crianças, homens e mulheres. É dessa inclusão de todos no movimento que, segundo o autor, o MST ganha força política. Por isso os sem-terra ampliam os interesses dos camponeses, porque a conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Um desses interesses é o da busca da participação efetiva de todos os membros do Movimento na direção política. Dessa forma, superam as características típicas do movimento camponês.

Embora reconhecendo a autenticidade do incondicional apoio da CPT e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, os sem-terra concluíram em suas avaliações que essas instituições muitas vezes representavam um limite ao campo político da luta pela terra. Nas articulações que formam com a CPT, CUT, Sindicatos e PT, dentre outros, surgem diversos embates gerados devido às diferentes concepções que as partes da aliança atribuem ao desenvolvimento da luta. Há concepções muito diferenciadas em relação à defesa de posturas mais defensivas ou mais ofensivas de luta. O embate também se dá com relação à

tentativa, por parte das organizações, de coordenarem as lutas representando os trabalhadores. No entanto, o MST não pretende representar os trabalhadores, ele busca ser os próprios trabalhadores, e, portanto, sua autonomia não poderia se constituir se estivesse subordinado a qualquer outra organização.

Assim, é a consciência política que possibilita uma forma de organização que se contrapõe criticamente às visões burocráticas, pelegas e mediadoras. A idéia central dos sem-terra é romper com as estruturas na construção de um processo contínuo de transformação. Por isso, sua organização é composta por uma direção coletiva, não existindo cargos individuais. Os princípios dessa organização são em grande parte inspirados nas experiências das organizações precedentes, como as Ligas Camponesas, o MASTER e a ULTAB. Quer dizer, os sem-terra procuram aprender com essas experiências para não cometer os erros do passado.

O MST se estabeleceu em cada estado através de uma estrutura organizativa básica (coordenação, direção, secretarias e setores) concebida principalmente nas experiências de organização vivenciadas pelas famílias nos acampamentos e assentamentos. A partir daí, a consolidação do MST em cada Estado surge nos trabalhos de base que têm como objetivo organizar as famílias para a ocupação da terra. São nesses trabalhos que os sem-terra determinam os setores prioritários, escolhem os seus representantes e criam uma secretaria. Essa estrutura vai se construindo na medida em que mais pessoas vão se envolvendo com o MST e novas necessidades surgem. Ou seja, sua lógica é a do movimento: não busca se estabelecer a partir de um projeto previamente elaborado. Quando uma atividade se estabelece ela já está sendo realizada há bastante tempo, e quando uma pessoa assume a coordenação de uma atividade é devido à sua dedicação e envolvimento com aquela atividade.

É das reuniões de pequenos grupos, então, que nasce a organização da luta. Quer dizer, o trabalho de base é a metodologia da luta popular e por isso as lideranças e dirigentes devem estar permanentemente vinculados com as bases. Os principais lugares onde se realizam as reuniões dos trabalhos de base são as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as escolas e as próprias moradias. Esses trabalhos podem ser organizados por um ou mais sem-terra que se deslocam de outras regiões do país, ou podem se iniciar com as pessoas do próprio lugar que tomam conhecimento das ações por meio

falado, escrito ou televisivo. Seu sentido é a troca de experiências, o conhecimento das trajetórias de vida, a conscientização da condição de expropriados e explorados e a construção da identidade sem-terra. As condições subjetivas devem ser desenvolvidas defrontando-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários, no enfrentamento com a polícia e com o Estado. Assim, a recuperação das trajetórias de vida deve estar associada ao desenvolvimento das análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de alianças para o apoio político e econômico. Esse é o processo de formação política e de militância.

A tomada de decisão a respeito da participação na ocupação da terra é a forma de intervir na realidade. Não é possível compreender o MST sem compreender o que significa a ação de ocupar a terra. Ocupar significa romper com o latifúndio. Só pela ocupação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Como os latifúndios são muitos, não é difícil localizar “as terras que não cumprem com a sua função social”. Muitas são as fontes de informação sobre a localização dessas terras. Porém, uma vez decidida qual a terra que será ocupada, falta a decisão de ocupá-la. Essa decisão não é fácil. Muitas famílias se sentem indecisas, com medo. Às lideranças, cabe, então, a argumentação através da apresentação de idéias e referências que atuem na superação das dúvidas. É preciso que as pessoas sintam confiança nos líderes. Por isso, as reuniões nos trabalhos de base podem durar meses, às vezes, até anos.

Mas, como aponta Fernandes, se as ocupações efetivadas pelos sem-terras vêm aumentando, é devido, também, ao aumento do apoio que recebem por meio da doação de alimentos e recursos financeiros pelas comunidades urbanas, prefeituras e assentados. É nos trabalhos de base realizados pelo MST e pela CPT que as famílias têm a possibilidade de compreender que a luta pela terra não termina na sua conquista, quer dizer, seu avanço depende do fortalecimento da organização. Se elas perdem o vínculo com a organização, caem no isolamento,

A estrutura organizativa do MST compreende as formas de organização das atividades e as instâncias de representação, as quais podem se transformar no processo de construção do Movimento. Em 1999 as instâncias de representação eram: o Congresso Nacional, o Encontro Nacional, a Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenação Regional, Coordenação de Assentamentos e Coordenação de Acampamentos. Já as formas de organização das atividades se

apresentavam da seguinte forma: Secretaria Nacional, Secretarias Estaduais, Setor de Frente de Massa, Setor de Formação, Setor de Educação, Sistema de Cooperativas dos Assentamentos, Setor de Comunicação, Setor de Finanças, Setor de Projetos, Setor de Direitos Humanos, Setor de Relações Internacionais, Setor de Saúde, Coletivo de Mulheres, Coletivo de Cultura, Articulação dos Pesquisadores, Mística.

Mesmo com a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, em quatro anos, apenas 10% do que estava previsto no plano se concretizou. Na realidade, concorreram em grande parte para essas desapropriações as ocupações que se intensificaram pela ação dos sem-terra. No entanto, em 1988, pouco depois do surgimento da organização dos latifundiários, designada como União Democrática Ruralista, a intenção de se criar uma lei de reforma agrária no processo Constituinte se inviabilizou devido à pressão dessa organização.

O governo João Collor, que se inicia em 1989, retira da pauta política a reforma agrária. Intensificando as repressões contra os sem-terra, esse governo cria uma jurisdição da luta pela terra que resulta em várias prisões dos trabalhadores.

Em 1994, com o governo de João Henrique Cardoso, a reforma agrária volta à pauta, porém, como política compensatória, ou seja, visando a implantação de assentamentos rurais de acordo com as ocupações realizadas e regularizando a terra de posseiros nas áreas de fronteira da Amazônia. Os conflitos fundiários se multiplicam e cresce a violência no campo: vários trabalhadores são assassinados, chegando esse número a ultrapassar o do período da ditadura militar, segundo pesquisa realizada pela Comissão Pastoral da Terra.

Em Rondônia, na Amazônia, acontece o primeiro grande conflito no governo FHC. Em 1995, após terem ocupado uma fazenda no município de Curumbiara, 500 famílias sem-terra são violentamente despejadas por policiais que cumpriam ordem da justiça. Nove trabalhadores sem-terra foram mortos, muitos foram feridos ou desapareceram. Um ano depois, também na Amazônia, no município de Eldorado do Carajás, Pará, caminhavam por uma rodovia no dia dezessete de abril centenas de famílias com destino a Belém. Estavam indo pressionar o governo para conseguir assentamentos e foram surpreendidas por

policiais. Ao resistirem, 19 pessoas morrem e dezenas ficam feridas². Dos criminosos que participaram desses conflitos poucos foram julgados. A maioria absoluta não foi condenada.

Em 1997 duas mil pessoas partem de diferentes pontos do país em direção ao Distrito Federal na Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça, organizada pelo MST. Depois de dois meses, no dia 17 de abril, chegam a Brasília mais de 30 mil pessoas, lembrando a sociedade do massacre de Eldorado do Carajás. (Fernandes, 2000, p. 50)

Segundo Fernandes, hoje a questão agrária se coloca de tal maneira que já não se discute o fato de se ser ou não ser a favor da reforma agrária. A sociedade em geral é a favor da sua realização. Porém, surge a questão de como ela será feita. Embora o MST tenha multiplicado o número das ocupações conseguindo a implantação de milhares de assentamentos, isso ainda não foi suficiente para provocar uma mudança na estrutura fundiária do Brasil. Por isso, para o autor, o que está em jogo é a fundamental participação política dos trabalhadores.

² O dia 17 de abril é denominado pelo MST o “Dia Internacional da Luta Camponesa”.